



A IMPORTÂNCIA DA HISTÓRIA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NO CURRÍCULO DE ESCOLAS NO ENSINO FUNDAMENTAL NO BRASIL

RESUMO

Esta pesquisa propõe abordar a importância da História e Cultura africana e afro-brasileira no currículo de escolas de educação básica no Brasil, tendo como foco os anos iniciais do Ensino Fundamental. Portanto, o objetivo geral desta pesquisa é analisar como a História e Cultura africana e afro-brasileira têm sido abordadas no currículo de escolas de educação básica no Brasil. O objetivo específico é analisar criticamente como um livro didático do 3º ano do Ensino Fundamental de uma escola da rede pública, no Sul de Minas Gerais, aborda os temas explicitados na Lei 10.639 e discorrer sobre a importância de as escolas valorizarem os temas da cultura africana no currículo das escolas do Brasil. A metodologia é a pesquisa bibliográfica. Os resultados apontam para a necessidade de retomar a discussão de uma forma mais direta, já que História e Cultura africana e afro-brasileira não têm sido abordadas no currículo de escolas de educação básica, conforme prevê a legislação para a promoção do multiculturalismo, do respeito e do enfrentamento ao racismo estrutural desde a infância.

Palavras-chave: História africana e afro-brasileira, Currículo. Ensino Fundamental

1 INTRODUÇÃO

O presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou em uma das suas primeiras ações, a Lei no. 10.639, em 9 de janeiro de 2003 (BRASIL, 2003), cuja determinação legal visa à obrigatoriedade do estudo de história e cultura africana e afro-brasileira nas redes públicas e particulares da educação no país. O Conselho de Educação aprovou o parecer, no ano de 2004.



No entanto, desde a década de 1970 que essa é a pauta de diversos movimentos negros no Brasil. A lei busca divulgar e valorizar o legado cultural africano no Brasil, desde o século XVI, ampliando o conhecimento que temos da história africana e afro-brasileira, tal como a importância da população negra na constituição estrutural do país, tendo sido vista com uma demanda social para reparar um apagamento histórico. A investigação desta pesquisa tem como questão: como a história tem sido contada, como os livros didáticos têm contribuído (ou não) para que a escola promova o multiculturalismo, o respeito e o enfrentamento ao racismo estrutural, desde a infância. Em nosso país, o entrenchamento da chamada democracia racial naturalizou estruturas sociais racistas e hierárquicas nas quais sujeitos brancos e negros têm visões desequilibradas da realidade, baseadas em estruturas de exclusão e privilégios que são passados de geração em geração.

O intuito deste artigo é apresentar questões que mostram o quanto é importante estudar e se apropriar do conhecimento da história real para que num futuro, ainda que distante, o racismo termine.

A pesquisa é um estudo bibliográfico. A pesquisa bibliográfica é aquela que tem o amparo na literatura já disponível. Segundo Marconi e Lakatos (1992), a pesquisa é o levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de revistas, livros, legislações, publicações avulsas e imprensa escrita.

2 MULTICULTURALISMO E A IMPORTÂNCIA DA HISTÓRIA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA

A importância da história africana e afro-brasileira é um tema importante nos currículos do ensino fundamental brasileiro. Este passo só poderá ser concluído quando as condições materiais de vida dos brasileiros brancos e negros não forem mais caracterizadas por desigualdades de acesso e oportunidades. E quando avançar na promoção da igualdade, da diversidade e da consciência na formação da sociedade. A inclusão deste conteúdo nos programas educativos visa preencher lacunas históricas, combater preconceitos e valorizar a contribuição desta cultura para



a identidade nacional. Historicamente, a educação no Brasil ignorou a história e a cultura africana e afro-brasileira e manteve uma visão distorcida e eurocêntrica da construção da nação. Isto contribui para perpetuar estereótipos e discriminações profundamente enraizados, ao mesmo tempo que reduz o impacto positivo que esta cultura tem no desenvolvimento do país. A inclusão da história africana e afro-brasileira no currículo do ensino fundamental é uma exigência respaldada por leis como a Lei 10.639/03 e a Lei 11.645/08 que determinam que esses conteúdos sejam ensinados nas escolas brasileiras. Essa mudança busca promover a conscientização sobre a herança cultural e histórica desses povos, resgatando e celebrando suas contribuições nas áreas da arte, música, religião, culinária, esportes e diversas outras esferas da sociedade. A inserção no currículo não apenas enriquece o aprendizado dos estudantes, mas também possibilita a formação de uma consciência crítica sobre a desigualdade racial e social. Os alunos têm a oportunidade de compreender as causas do racismo e do preconceito e conhecer os movimentos de resistência e as lutas pela igualdade ao longo da história. É importante que as políticas sociais e educativas estejam harmonizadas com as políticas de conteúdos educativos definidas nesta Lei. Numa sociedade sustentada pelo trabalho escravo negro durante séculos e para além do seu desaparecimento, a realização do que é certo deve ser alcançada através da luta. Ademais, ao estudar a história de figuras influentes como Zumbi dos Palmares, Luiza Mahin e Machado de Assis, os alunos podem se inspirar em modelos de liderança positivos e fortalecedores. Esta abordagem pedagógica também promove a empatia e a compreensão da diferença, capacitando-nos para criar sociedades mais justas e inclusivas. No entanto, apesar do progresso legislativo, ainda existem desafios para incluir eficazmente a história africana e afro-brasileira no currículo. A formação inadequada de professores, a falta de materiais didáticos apropriados e a resistência de alguns setores da sociedade estão entre os obstáculos que devem ser superados para garantir uma educação de qualidade.

Em suma, a importância da história africana e afro-brasileira no currículo do ensino fundamental brasileiro vai além da reprodução da história para a realização de uma sociedade mais justa e igualitária. A educação é uma ferramenta poderosa para promover a compreensão, a tolerância e a consciência das diferenças culturais, contribuindo para a formação de cidadãos



informados que participam da construção de um Brasil mais inclusivo e diverso. Este país foi fundado por mãos africanas, pelas nossas raízes e pela cultura que eles deixaram até hoje. Esta cultura é desconhecida e, muitas vezes rejeitada, simplesmente porque pertence aos negros africanos. A falta de informação no currículo do ensino fundamental no Brasil tem diversas consequências negativas. A existência desse conhecimento torna-se, portanto, importante no Brasil, dada a história, a identidade e as conexões sociais que a inclusão proporciona. O multiculturalismo no âmbito cultural, “utiliza o prefixo multi, que, no dicionário, indica muito, numeroso.” (WEISSMANN, 2018, p. 23) A multiculturalidade implica um conjunto de culturas em contato, mas sem se misturar: trata-se de várias culturas no mesmo patamar. Dentro desse aspecto, em 09 de janeiro de 2003, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 10.639 que é considerada um marco na educação brasileira, pois ela tornou obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira. (BRASIL 2003).

Esta lei visa criar um relacionamento positivo entre as diversas comunidades de uma sociedade. Ser branco no país que mais recebeu escravos africanos no mundo, e dizer que minha história não tem relação nenhuma com esse assunto é, de fato, algo muito preocupante para a sociedade em que vivemos. Todas as manifestações de racismo fazem parte do conceito estrutural, onde a sociedade cria um padrão correto' de estereótipo e obriga a todos se encaixarem nele, como peças de um tabuleiro. O primeiro parágrafo da Diretriz Educacional e da Lei Básica determina a inclusão do tema da história e cultura afro-brasileira e africana, e o texto legal estabelece que o conteúdo do programa inclui as lutas dos negros no solo brasileiro. Além de preservar as contribuições dos negros nas esferas social, econômica e política em todas as áreas relacionadas à cultura negra e à formação social nacional, à história brasileira. O sentido dos dispositivos desta Lei encontra-se e está explicitado no texto das Diretrizes Educacionais Nacionais para a Educação das Relações Nacionais e Raciais e para a Educação da História e Cultura Afro-brasileira e Africana, de outubro de 2004. Quanto à formação da identidade de uma pessoa, esta começa na educação infantil e se completa no ensino fundamental. Ao contrário do que sempre ouvimos, ‘não somos todos iguais’, sim, somos diferentes, os padrões não estão certos, neste sentido somos diferentes uns dos outros, podemos viver juntos respeitando a



justiça. Com essa lei, as instituições de ensino, gestores e professores podem se munir de orientações, princípios e fundamentos para o planejamento e execução do conteúdo afro-brasileiro e africano dentro de sala de aula. É necessário colocar em discussão questões sobre a importância de políticas de reparação, a urgente desconstrução do mito da democracia racial, e abordar questionamentos comuns dos educadores de como se deve ou não designar seus alunos como negros e desmistifica afirmações equivocadas como a de que negros se discriminam entre si e são racistas também. O propósito é mostrar para a sociedade que não se trata de mudar um foco etnocêntrico, marcadamente de raiz europeia, por um africano, mas de ampliar os currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica presente na sociedade brasileira. Desse modo, as Diretrizes apresentam e apontam todo o embasamento teórico e prático que auxiliarão os educadores na concepção e execução de uma educação de equidade e diversa. (CENTRO DE ESTUDOS DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E DESIGUALDADE, 2003. O racismo parte sempre do princípio estrutural que envolve organização econômica e política, o racismo é a manifestação normal de uma sociedade e não um fenômeno patológico ou que justifica algum tipo de anormalidade. O racismo, afirma, fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para produções das formas desiguais e violência que moldam a vida social. (ALVES, 2022). No início do século XX, a África viveu uma série de mudanças e transformações com o advento do colonialismo. O continente tinha sido dividido entre dominados europeus e americanos, cujas relações com os povos africanos foram marcadas por uma exploração cruel e indômita. Depois da Segunda Guerra Mundial a colonização terminou, mas as divisões persistiram através de fortes identidades distintas nas culturas africanas. O Brasil é o país que mais recebeu africanos no mundo, cerca de 4 milhões de homens, mulheres e crianças, o equivalente a mais de um terço de todo comércio negreiro. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2000). Nessa situação, não há como dizer que não temos resquícios da cultura africana, o fato de a história ter sido contada de forma pejorativa nos faz acreditar que não temos essa essência e assim, cada vez mais, aumentar o racismo que começa quando sai do campo de visualização única, no caso familiar, e vai para o convívio com a sociedade, na escola. Com essa mesma audácia, o que pretendo é mesmo provocar uma onda de



posicionamento, quero que os docentes tenham mesmo a atitude de levar esse tema para discussão e fazer valer a lei de 20 anos sem execução e, acima de tudo, levar proposta de como trabalhar isso com tranquilidade e leveza, honrar meus ancestrais e fazer deles nossos verdadeiros heróis, porque somos de um país cheio de maravilhas e nada aqui seria tão maravilhoso se não fossem os negros que foram usados para, exatamente tudo, na construção desse país.

3 ANÁLISE E EXPLICAÇÃO DAS LEIS

A educação é um ato permanente, dizia Paulo Freire (FREIRE, 1986), pensando sobre isso que o Ministério de Educação entende que é um instrumento para crescimento de uma sociedade antirracista que trata de privilegiar o ambiente escolar como espaço fundamental no combate ao racismo. A Lei 10.639/2003 é uma lei brasileira que regulamenta o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana nas escolas. Seu objetivo é combater o racismo e promover a contribuição do grupo na formação da sociedade brasileira. O objetivo da implementação desta lei é promover a conscientização e o respeito pela diversidade étnica e racial encontrada na sociedade brasileira. Combater o racismo e a discriminação e alterar a Diretiva e a Lei-Quadro da Educação Nacional. (LDB) tornam-no obrigatório, independentemente de ser público ou não. Ou pessoalmente. A lei exige que as disciplinas acadêmicas existentes, incluindo História, Geografia, Arte e Português incluam conteúdos relacionados à história africana, aos afro-brasileiros e a outros africanos que contribuíram para a sociedade brasileira. “Lei no 10.639 de 9 de janeiro de 2003 - estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática história e cultura da África África-brasileira e de outras providências”. (BRASIL, 2003, s. p.).

Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Lei de Alteração nº. A Portaria 9.394, de 20 de dezembro de 1996, determinou as diretrizes e fundamentos do ensino público para a inclusão de disciplinas obrigatórias de história e cultura no currículo oficial da rede de ensino. Os afro-brasileiros deram mais um passo, obrigando o ensino da História e da Cultura Afro-brasileira nas escolas primárias e secundárias públicas e privadas. Há onze anos, a Lei 10.639 foi criada com o



objetivo de introduzir mais cultura afro-brasileira e africana nas salas de aula do que a escravidão negra no Brasil.

A Lei 11.645/08 (BRASIL, 2008) amplia o alcance da Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003), para incluir também a história local e a educação cultural. Essa lei é um importante avanço para a educação no Brasil, porque contribui para a criação de uma sociedade mais igualitária, evitando a invisibilidade histórica e cultural que tem sido aplicada a este grupo, ao longo do tempo e promovendo a consciência da identidade e da diversidade cultural. No entanto, é importante destacar que a implementação eficaz desta lei ainda enfrenta desafios. Muitas vezes, o ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena é tratado de forma superficial ou apenas como conteúdo adicional, sem uma abordagem adequada e integrada ao currículo. Ao analisar o livro de História que estudei quando estava no terceiro ano de uma escola pública de ensino fundamental, descobri que a História do Brasil e da Princesa Isabel, que passivamente e sem resistência escravizou os negros, aceitou a escravidão. Uma heroína de uma perspectiva europeia. Mas isso é realmente verdade? A contribuição da África para a formação do Estado brasileiro, especialmente no que diz respeito às suas dimensões socioculturais e políticas, ainda não é totalmente compreendida e explorada. Muitas vezes a relação do Brasil com este continente limita-se a alguns elementos culturais, como hábitos alimentares, ritmos e instrumentos musicais, mas um olhar inquisitivo mais profundo revela inúmeras outras complicações. A importância da aplicação do direito, aliada à contribuição da África para a formação da nação brasileira, nos ajuda a compreender melhor o quão necessária é a cultura brasileira. Este caminho afasta-nos das crenças distorcidas e dos estereótipos que foram amplamente difundidos principalmente através das tradições orais e da literatura, especialmente da literatura de origem europeia. Por exemplo, entre estes equívocos está a alegação de que os africanos vieram para as Américas (e para o Brasil) simplesmente como força de trabalho para cultivar cana-de-açúcar e café. E como podemos mudar essas relações interpessoais que são tão prejudiciais aos negros? Com a Lei 10.639 conhecemos uma história importante não só para a população negra, mas também para a população brasileira como um todo. Houve em algum momento a afirmação de que 'somos todos africanos' mais do que uma associação cultural, mas sim pelas descobertas arqueológicas e



antropológicas que situam o surgimento dos hominídeos, fósseis de todas as espécies considerados antecessores ao *homo sapiens* que foram encontrados no continente africano, fazendo-nos pensar que tenham surgido na África, há milhões de anos e só após se espalharam pelo continente em processo lento de migração e evolução. Em, praticamente, todo o território africano são encontrados artefatos de pedra lascada, a escolha da rocha adequada para construção de pontas de lanças, flechas e ferramentas de corte, raspagem e perfuração são características que deixam claro que os indivíduos pré-históricos se dedicavam à fabricação de ferramentas, até torná-las objetos eficientes. Mostra também que eles dedicaram boa parte de suas vidas num enorme conjunto de saberes; assim como também na agricultura. Na África, as primeiras comunidades agricultoras surgiram, provavelmente, entre 7000 ac. e 6000 ac., esses grupos se dedicavam ao cultivo de cereais. Junto à prática de agricultura, estava a criação de animais tanto para alimentação quanto para carga. Muito se fala em igualdade, que de fato é baseada no princípio da universalidade, ou seja, que todos devem ser regidos pelas mesmas regras e devem ter os mesmos direitos e deveres nesse estudo preso pela equidade, que por sua vez, reconhece que não somos todos iguais e que é preciso ajustar esse desequilíbrio'. (MORAGAS, 2022). O racismo estrutural causa à população negra menores condições de acesso a uma educação de qualidade, um garoto que precisa vender pastel para ajudar na renda da família e outro que passa as tardes em aulas de idiomas não partem do mesmo ponto. Poucas pessoas conseguem continuar seus estudos até o nível de graduação sem trabalhar, ou apenas com um salário de estagiário. Conteúdos relacionados à história e cultura afro-brasileira são ensinados em todo o currículo escolar, e o multiculturalismo também pode contribuir para a compreensão do contexto histórico da ciência diante da diversidade. Existem ainda diferentes formas de intervenção ou participação na sociedade para moldar os indivíduos, pode haver uma pessoa que vê as diferenças como um fator de felicidade. Ao estudar a história e a cultura da África e do Afro-Brasil, podemos refletir sobre o impacto de uma sociedade que não reconhece e esconde elementos básicos e fundamentais da história. E esta é a oferta de 10.639 em 2003, legalmente; é impossível transmitir conhecimento e criar respeito, e respeito sem conhecimento é uma obsessão de legitimidade.



A desigualdade racial não é uma característica da sociedade resultante de ações isoladas de grupos ou indivíduos racistas. O racismo estrutural e o conflito racial também fazem parte da sociedade. O conceito de paz não é a ausência de conflito, mas a necessidade de conflito porque somos todos diferentes. Devemos entender que essas diferenças são reais e precisamos respeitar uns aos outros de qualquer maneira.

4 O QUE OS LIVROS DIZEM SOBRE O TEMA

A educação é geralmente entendida como um processo de desenvolvimento humano juntamente com direitos sociais. Conforme consta da Ferramenta Nacional de Conteúdos Educacionais (PCN), a escolarização corresponde aos espaços e instituições socioculturais responsáveis pelo processamento educativo do conhecimento e da cultura. Mas, por vezes, as práticas educativas que pretendem ser iguais para todos são as mais discriminatórias. A discussão sobre uma educação que respeite a diversidade, colocando o conceito e o processo de educação na relação entre o negro e o espaço social, tornou-se importante, e a tarefa maior é afirmar e restaurar a autoestima dos negros. A forma como a história negra é abordada nos livros escolares pode variar entre países, regiões e currículos específicos. Análise de Livro Didático, A Conquista História 4^a série (Ensino Fundamental) Copyright © 2021 Alfredo Boulos Júnior - Doutor em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Área de Foco: História da Educação). Mestre em Ciências pela Universidade de São Paulo (Objetivo: História Social). Leciona em escolas públicas e privadas e em cursos de educação infantil. Ele é o autor da Coleção Paradoxal. Consultoria para o Comitê Técnico do Fundo de Desenvolvimento da Educação de São Paulo. A história dos negros neste livro escolar é descrita de forma cronológica na visão europeia: no início, abordam o período da escravidão, destacando a chegada dos africanos ao país, as condições em que foram escravizados, suas lutas e resistência, ressalta o processo da abolição da escravatura, destacando eventos históricos, como a Lei Áurea no Brasil, que pôs fim à escravidão. O que aconteceu foi que a história negra não começou com a escravidão. Ao contrário do que nos ensinaram, a liberdade não veio do céu nem das mãos de Isabel, contra



quem os negros lutaram e resistiram. Nessa história, podem ser destacadas contribuições culturais como a história do povo negro, incluindo suas contribuições significativas para a cultura, música, dança, religião e outros aspectos da vida cultural do país. Movimento pelos Direitos Civis: A luta pelos direitos civis dos negros em países como os Estados Unidos é uma parte importante da história, e os livros podem incluir figuras como Martin Luther King Jr. E depois há eventos como a Marcha sobre Washington. Cultura Africana Atual: Os livros também podem mostrar como a cultura africana influencia a sociedade moderna, incluindo aspectos como música, moda e culinária. Figuras famosas: destaca figuras históricas negras proeminentes, incluindo líderes, artistas, acadêmicos e ativistas que tiveram um impacto significativo na história de nossa nação. Desafios atuais: Em alguns casos, os livros podem abordar questões e desafios contemporâneos enfrentados pela comunidade negra, como o racismo estrutural e a desigualdade. É importante notar que as representações da história negra nos livros escolares nem sempre são abrangentes ou precisas, e tem havido críticas de que as narrativas históricas não incluem perspectivas negras. No entanto, tem havido esforços recentes para tornar o currículo mais inclusivo e para destacar de forma mais justa e completa as contribuições para a história dos povos de ascendência africana. A diversidade nos materiais didáticos é um passo importante para garantir uma educação mais equitativa e informada sobre a história negra. Além de estudar muito através dos livros, uma pessoa educada pode criar conhecimento e deve respeitar os pais, as outras pessoas e o meio ambiente. Está empenhada em fortalecer a comunidade através da aquisição de conhecimentos escolares, acadêmicos e outros necessários para que a sociedade sinta um sentimento de pertença à vida nacional (SILVA, 2000, 78-79).

A história e cultura de África podem ser abordadas em várias disciplinas, não apenas em aulas específicas sobre o continente africano. Esses temas são incorporados em disciplinas como história, sociologia, antropologia, literatura, música, arte e até mesmo em estudos de relações internacionais. É importante considerar a rica diversidade cultural e histórica do continente africano e sua relevância em contextos acadêmicos variados. A extensão em que as disciplinas de história e cultura africanas são incluídas nas disciplinas educativas pode variar dependendo do currículo e das políticas educativas de cada país e instituição. No entanto, muitos



programas de graduação esforçam-se por incluir uma perspectiva global e abrangente, incluindo o estudo da história e cultura africanas em disciplinas como história, sociologia, literatura, antropologia e até mesmo cursos de línguas estrangeiras, como os estudos suaflí. Integrar a África nos estudos é essencial para uma compreensão plena da história mundial e da diversidade cultural. A forma como a história e a cultura africanas são apresentadas nos livros didáticos de diferentes disciplinas pode variar entre países, regiões e currículos escolares. Mas o que se vê nesta coleção, em particular, é uma tentativa crescente de integrar uma abordagem mais abrangente e precisa à história e cultura africanas em todas as disciplinas. Alguns exemplos de como isso pode ser feito incluem: Literatura: A literatura africana é incluída nas aulas de língua e literatura. Autores africanos renomados, como Chinua Achebe, Wole Soyinka e Chimamanda Ngozi Adichie; Geografia: A geografia africana é discutida em relação à diversidade de paisagens, climas, recursos naturais e desafios enfrentados pelos países do continente. Questões como o subdesenvolvimento e os esforços para o desenvolvimento; Ciências Sociais: Em disciplinas como ciências sociais, sociologia e antropologia, os autores exploram temas como as culturas, línguas, religiões e sistemas de crenças da África, bem como questões sociais contemporâneas; Artes: A música, a dança, a arte e a arquitetura africanas são estudadas nas aulas de artes, destacando a diversidade criativa do continente. No entanto, é importante notar que a qualidade e a profundidade da inclusão da história e cultura da África nos livros didáticos podem variar consideravelmente. Muitos educadores e especialistas têm defendido uma revisão mais abrangente e precisa desses currículos para garantir que os alunos obtenham uma compreensão completa e equilibrada da África e sua importância na história global. A abordagem da história e cultura da África nos livros didáticos de disciplinas diversas pode variar de acordo com o país, região e sistema educacional. No entanto, em muitos lugares, houve um esforço crescente para incluir uma perspectiva mais ampla e precisa da África e suas contribuições nas disciplinas acadêmicas.

Algumas maneiras comuns de abordar a história e cultura da África em diferentes disciplinas incluem: História: Os livros de história estão incluindo mais conteúdo de história africana, desde os antigos impérios africanos até a era colonial e pós-colonial. Isso ajuda os



alunos a compreenderem melhor o papel da África na história global. Literatura: A literatura africana é frequentemente estudada em aulas de literatura, com foco em autores e obras importantes que refletem a diversidade de vozes e experiências africanas. Geografia: A geografia da África é abordada para destacar a diversidade de paisagens, culturas e desafios que o continente enfrenta, incluindo questões ambientais e econômicas. Ciências Sociais: As disciplinas de ciências sociais, como antropologia e sociologia, podem explorar questões sociais, culturais e econômicas específicas da África. Arte e Música: A arte africana e a música tradicional são frequentemente estudadas em aulas de arte e música, oferecendo aos alunos uma visão das ricas tradições criativas do continente. Estudos Culturais: Em alguns sistemas educacionais, os estudos culturais podem ser uma disciplina separada, permitindo uma análise mais aprofundada da cultura africana contemporânea e de suas influências globais. É importante ressaltar que a inclusão da história e cultura da África nos currículos escolares tem o objetivo de promover uma compreensão mais completa e justa do continente, evitando estereótipos e abordagens eurocêntricas. No entanto, ainda existem desafios para garantir que essa inclusão seja feita de maneira significativa e equitativa em todo o mundo.

4 DISCUSSÃO CRÍTICA

A Lei 10.639/2003, também conhecida como Diretriz Nacional de Educação e Lei Básica, é uma lei brasileira que trouxe mudanças importantes ao sistema educacional nacional. A lei alterou o currículo escolar, obrigando o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana nas escolas primárias e secundárias públicas e privadas. Esta lei foi promulgada para combater o racismo e promover o respeito à diversidade racial encontrada na sociedade brasileira. Pretende também apreciar a história e a cultura dos povos de ascendência africana que foram historicamente marginalizados e invisíveis. Além disso, a Lei 10.639/2003 instituiu o Dia Nacional da Consciência Negra em 20 de novembro, em homenagem a Zumbi dos Palmares, líder do Quilombo dos Palmares e símbolo da resistência negra no Brasil. (KADIN, [2022?]). Neste contexto, a medida permite que as escolas trabalhem em múltiplas áreas e temas. Aqui



estão algumas sugestões sobre o que abranger: **História Africana:** Explora a história, civilizações antigas, culturas, sociedades e contribuições do povo africano para a humanidade. Isto pode incluir a história dos impérios africanos, como o Império do Mali e o Império de Axum. **Comércio Transatlântico de Escravos:** Análise do comércio de escravos africanos com o Brasil e seu impacto na formação da sociedade brasileira. Explora as condições de vida, a luta pela liberdade e as contribuições culturais das pessoas escravizadas. **Cultura Afro-Brasileira:** Apresenta sobre a cultura afro-brasileira, incluindo música, dança, religião (como Candomblé e Umbanda), culinária, literatura e arte. Isto pode incluir influências africanas em ritmos como o samba e a capoeira. **Líderes e movimentos afro-brasileiros:** explora a vida e os legados de líderes afro-brasileiros famosos, como Zumbi dos Palmares, Luiz Gama, Abdias do Nascimento e muito mais. Também são analisados movimentos sociais e políticos afro-brasileiros como o Movimento Negro Unido (MNU) e o Movimento Quilombola. **Racismo e Discriminação:** Discute o racismo e a discriminação racial no Brasil e destaca sua persistência e impacto na sociedade atual. Ensina como combater o racismo e promover a igualdade racial. **Consciência Negra:** comemora o Dia Nacional da Consciência Negra, no dia 20 de novembro, com atividades educativas, palestras, exposições e debates destacando a importância da data e o combate ao preconceito racial. **Literatura Afro-Brasileira:** Ler obras de escritores afro-brasileiros e africanos que exploram temas relacionados à identidade, raça e cultura. Incentivar a leitura de autores como Machado de Assis, Lima Barreto, Carolina Maria de Jesus etc. **Visitar museus e comunidades afro-brasileiras:** Organizar visitas a museus, centros culturais e comunidades afro-brasileiras para vivenciar a cultura e a história afro-brasileira de uma forma mais tangível. **Projetos Interdisciplinares:** Incentivar projetos que integrem múltiplas disciplinas, permitindo que os alunos abordem questões relacionadas à história e cultura afro-brasileira de forma multidisciplinar. **Diálogo e Respeito:** Incentivar o diálogo aberto e respeitoso sobre questões raciais na sala de aula para criar um ambiente seguro no qual os alunos possam expressar suas opiniões e aprender a respeitar a diversidade racial e cultural. Estas são apenas algumas ideias do que as escolas podem fazer ao abrigo da Lei 10 639/2003. Tem como objetivo conscientizar, respeitar a diversidade étnica e



valorizar a contribuição dos afrodescendentes para a sociedade brasileira. O currículo pode ser adaptado para atender às necessidades e recursos de cada escola.

É importante preparar os professores para transmitir conteúdos de forma eficaz e impactante, abrangendo temas relacionados à Lei 10.639/2003 e à história e cultura afro-brasileira e africana. Aqui estão algumas estratégias que os professores podem usar para se preparar para esta lei: **Treinamento adicional:** Os professores podem fazer cursos e treinamentos especiais sobre história e cultura afro-brasileira e africana. Esses cursos poderão ser oferecidos por instituições de ensino superior, organizações da sociedade civil e instituições públicas. **Leitura e Pesquisa:** É importante que os professores explorem a literatura acadêmica e trabalhos que discutam a história e cultura afro-brasileira e africana. Isso inclui livros, artigos acadêmicos e materiais educacionais. **Participação em seminários e eventos:** A participação em seminários, conferências e eventos relacionados a temas jurídicos pode enriquecer o conhecimento do professor e conectá-lo com educadores e outros especialistas na área. **Atualizações Curriculares:** Os professores podem trabalhar com as escolas e os seus departamentos para atualizar o currículo escolar, incluindo o desenvolvimento de materiais instrucionais e planos de aula que incorporem e abordem de forma significativa a Lei 10.639. **Integração de conteúdos:** É importante que os professores não vejam a Lei 10.639/2003 como algo a desejar. Em vez de ficar isolado, é uma oportunidade de integrar temas relacionados à história e cultura afro-brasileira e africana em disciplinas como história, literatura, geografia, arte e música. Isso vale para matemática e ciências, se possível. **Diálogo e reflexão:** Criar um ambiente de diálogo aberto nas escolas e salas de aula onde os professores possam discutir questões relacionadas com a diversidade racial, racismo e preconceitos. Isso o ajudará a desenvolver a sensibilidade necessária para abordar o tópico de maneira adequada. **Parcerias com comunidades e especialistas:** Parcerias com representantes de comunidades afro-brasileiras e especialistas no assunto podem ser uma forma valiosa de enriquecer a aprendizagem e trazer perspectivas do mundo real para a sala de aula. **Avaliação e Feedback:** Os professores devem avaliar continuamente a eficácia dos seus métodos de ensino, receber feedback dos alunos e colegas e fazer ajustes, quando necessário. **Recursos de aprendizagem:** O uso de materiais de aprendizagem atualizados e recursos multimídia, como



documentários, filmes e músicas que apresentem tópicos relacionados ao direito, pode tornar suas aulas mais interessantes e atraentes. Celebrações Culturais: Inclui festivais e eventos culturais afro-brasileiros e africanos durante todo o ano letivo, como o Dia Nacional Negro, para enriquecer o aprendizado. Autoconsciência: Os professores também podem refletir pessoalmente sobre suas próprias crenças e preconceitos, tentando entender como eles podem influenciar sua abordagem ao ensino de temas relacionados à Lei 10.639. Preparar professores para atuar de acordo com as exigências da lei, mas também contribui para a promoção da igualdade racial, do respeito à diversidade e da formação de cidadãos mais conscientes e críticos das questões étnico-raciais do Brasil. Algumas pessoas podem se opor à Lei 10.639/2003, que obriga o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas brasileiras, por vários motivos. É importante reconhecer que as opiniões sobre esta lei podem variar amplamente e refletir uma variedade de perspectivas. Seguem algumas razões pelas quais algumas pessoas podem se opor a esta lei: Falta de compreensão: Alguns oponentes da lei podem não compreender completamente o seu propósito e a importância de ensinar história e cultura afro-brasileira e africana. Eles podem ver isso como uma imposição desnecessária ao currículo escolar. Resistência à mudança curricular: A introdução de novas disciplinas ou novos tópicos num currículo escolar pode encontrar resistência por parte de educadores e administradores, especialmente se acreditarem que isso exigirá tempo e recursos adicionais. Questões ideológicas e políticas: Algumas pessoas podem opor-se à lei por motivos partidários, associando-a a uma agenda política ou ideológica específica. Preconceito ou discriminação racial: Infelizmente, o racismo e o preconceito racial ainda existem no Brasil, e algumas pessoas podem se opor à lei por causa do preconceito. Visão limitada da educação: Algumas pessoas podem acreditar que a educação deve focar apenas em certos aspectos do currículo, como matemática e ciências, e podem acreditar que ensinar história e cultura afro-brasileira e africana é menos importante. Liberdade para ensinar: Alguns argumentam que as escolhas sobre o que ensinar devem ser deixadas inteiramente ao critério das escolas e dos educadores, e que os governos não devem impor diretrizes específicas. Desafios de implementação: Alguns críticos podem apontar dificuldades práticas na implementação da lei, tais como a falta de materiais de formação adequados ou a necessidade de formação adicional



para professores. Apesar dessas visões opostas, é importante ressaltar que a Lei 10.639/2003 foi adotada com o objetivo de promover a igualdade racial, combater o racismo e valorizar a diversidade cultural do Brasil. Baseia-se nos princípios da justiça social e na importância da educação inclusiva e equitativa. O debate sobre a lei muitas vezes reflete as complexas questões sociais, culturais e políticas que cercam a igualdade racial no Brasil. Em resumo, a Lei 10.639 trouxe mudanças significativas ao sistema educacional brasileiro, promovendo a inclusão e a compreensão da história e da cultura afro-brasileira e africana e aumentando a conscientização sobre a importância da diversidade racial e étnica do país.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se as informações postadas não ajudarem ou atrapalharem de alguma forma o cumprimento da promessa do texto, espera-se que este artigo inspire as pessoas, especialmente os professores, a explorar o tema e aplicar os conceitos em suas salas de aula a fim de compreendê-los. Quão importante é para o futuro da sociedade. A Lei 10.639/2003, que estabeleceu o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana nas escolas brasileiras, é um passo importante para a promoção da igualdade racial, o combate ao racismo e a compreensão da diversidade cultural do país. Seguem algumas considerações finais sobre esta lei. Promoção da Diversidade: A Lei 10.639 reconhece as ricas contribuições dos africanos e dos afrodescendentes para moldar a sociedade brasileira. Isto realça a importância de promover a diversidade étnica e racial como parte da identidade nacional. Combate ao Racismo: Ensinar história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas é uma ferramenta essencial na luta contra o racismo e o preconceito racial. Isso ajuda a aumentar a conscientização dos alunos sobre as desigualdades raciais na sociedade e promove a igualdade. Inclusão e Representação: A lei visa dar voz e visibilidade às histórias e contribuições de pessoas de ascendência africana que são frequentemente ignoradas. Isso é importante para que os estudantes afro-brasileiros se sintam representados e para que todos os estudantes obtenham uma compreensão mais completa da história brasileira. Educação Cívica: Ensinar história e cultura afro-brasileira e africana contribui para o desenvolvimento de cidadãos



mais informados e críticos que compreendem as complexidades das questões raciais e podem promover sociedades mais justas e igualitárias. Desafios de implementação: Apesar dos benefícios da lei, a sua implementação enfrenta desafios, incluindo a falta de recursos, a resistência às mudanças curriculares e a necessidade de formação adequada de professores. Superar esses obstáculos é essencial para garantir o sucesso da lei. Diálogo e debate: O debate sobre a Lei 10.639 faz parte de uma conversa mais ampla sobre o problema do racismo no Brasil.

O debate é saudável e deve envolver diversos atores, incluindo educadores, especialistas, comunidades afro-brasileiras e a sociedade em geral. Compromisso com a Educação Inclusiva: Para cumprir a lei, as escolas, os professores, os governos e a sociedade em geral, devem continuar a comprometer-se com a educação inclusiva e equitativa, onde a diversidade racial e étnica é valorizada como um valor nacional. Progresso e Desafios Futuros: A Lei 10.639 é um passo significativo em direção à igualdade racial, mas ainda há muito a ser feito para combater o racismo estrutural e promover a inclusão. O compromisso contínuo com a implementação efetiva da lei e a busca de políticas públicas mais abrangentes são essenciais. A frase "o branco tem uma dívida com o negro" é frequentemente usada em discussões sobre justiça racial para destacar a histórica e persistente desigualdade entre as diferentes raças, especialmente no contexto das sociedades que têm um legado de escravidão e discriminação racial, como os Estados Unidos e o Brasil. A ideia por trás dessa frase é que a população branca, que historicamente se beneficiou de sistemas de opressão racial, tem uma responsabilidade moral e social de reconhecer e trabalhar para remediar as desigualdades raciais. É importante notar que essa frase não sugere uma dívida financeira literal, mas sim uma responsabilidade coletiva de enfrentar e combater o racismo sistêmico, bem como suas consequências na vida das pessoas negras. Isso pode envolver a promoção de políticas públicas que buscam reparar as desigualdades históricas, a promoção da igualdade de oportunidades e o engajamento em diálogos e ações que combatam o preconceito racial. A noção de "dívida" neste contexto não implica culpa pessoal dos indivíduos brancos, mas sim a compreensão de que a sociedade como um todo deve trabalhar para eliminar as barreiras sistêmicas que perpetuam a desigualdade racial. É uma chamada à responsabilidade coletiva e à busca de justiça social. No entanto, é importante reconhecer que as



opiniões sobre esse conceito podem variar amplamente, e as discussões sobre justiça racial podem ser complexas e sensíveis. O objetivo final é promover uma sociedade mais igualitária e justa, onde todas as pessoas, independentemente de sua raça ou etnia, tenham as mesmas oportunidades e direitos. "A espera de um futuro melhor é uma expressão que reflete a esperança de que as circunstâncias ou situações atuais irão melhorar no futuro. Ela está relacionada à ideia de que, apesar dos desafios e dificuldades presentes, acredita-se que o tempo trará melhorias, crescimento e progresso. Essa atitude otimista em relação ao futuro é importante para muitas pessoas, pois pode oferecer motivação e resiliência para enfrentar adversidades. A crença em um futuro melhor pode inspirar a busca por objetivos, a superação de obstáculos e o trabalho duro para alcançar sonhos e aspirações. No entanto, é importante equilibrar a esperança de um futuro melhor com ações e planejamento concretos. Apenas esperar por um futuro melhor sem agir para alcançá-lo pode não ser eficaz. Portanto, muitas pessoas combinam a esperança com esforços ativos e estratégias para construir o futuro que desejam, a expressão "a espera de um futuro melhor" reflete a crença na melhoria das circunstâncias e é uma fonte de inspiração para muitas pessoas em suas jornadas pessoais e sociais. A Lei 10.639/2003 representa um importante esforço para enfrentar os problemas raciais no Brasil e promover uma educação que valorize a diversidade racial e étnica. Faz parte de um processo contínuo para construir uma sociedade mais justa e igualitária, onde todas as pessoas, independentemente da sua origem racial, possam viver com dignidade e oportunidades iguais.

THE IMPORTANCE OF AFRICAN AND AFRO-BRAZILIAN HISTORY IN THE SCHOOL CURRICULUM IN ELEMENTARY EDUCATION IN BRAZIL

ABSTRACT

This research proposes to address the importance of African and Afro-Brazilian History and Culture in the curriculum of basic education schools in Brazil, focusing on the initial years of Elementary Education. In the cultural sphere, the term multiculturalism uses the prefix multi,

IX SIMGETI e XXII EIC– Grupo Educacional Unis – Varginha, 27 e 28 de novembro de 2023

ISSN: 2447-7303



which, in the dictionary, indicates a lot, numerous. Multiculturalism implies a set of cultures in contact, but without mixing: it is about several cultures on the same level. Within this aspect, on January 9, 2003, President Luiz Inácio Lula da Silva sanctioned Law No. 10,639. This law is considered a milestone in Brazilian education, as it made teaching African and Afro-Brazilian history and culture mandatory. Therefore, the general objective of this research is to analyze how African and Afro-Brazilian History and Culture have been approached in the curriculum of basic education schools in Brazil. The specific objective is to critically analyze how a textbook of the 3rd year of fundamental of a public school, in the south of Minas Gerais, addresses the themes explained in Law 10.639 and discuss the importance of schools valuing the themes of African culture in the curriculum of schools in Brazil. The methodology is bibliographical research. The results point to the need for public policies to combat structural racism.

Keyword: *African and Afro-Brazilian history. Curriculum. Elementary School*

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019. 264 p.

ALVES, Isadora da Silva Colares Alves. **Racismo estrutural** e a inserção de pessoas pretas no mercado imobiliário em Porto Alegre. Porto Alegre, UFRG, 2022. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/256986/001165047.pdf?sequence=1> Acesso em: 18 out. 2023.

BRASIL. Casa Civil. **Lei No 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Brasília: Casa Civil, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 18 out. 2023.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 11.645**, de 10 março de 2008. Brasília: Casa Civil, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm Acesso em: 18 out. 2023.

CARNEIRO, João Luiz. **Religiões afro-brasileiras: uma construção teológica**. Religare: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões da UFPB, 2014.



CAVALLEIRO, Eliane (org.). **Racismo e antirracismo na educação: repensando nossa escola.** São Paulo: Summus, 2001.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil.** São Paulo: Contexto, 2005

CENTRO DE ESTUDOS DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E DESIGUALDADE. **LDB alterada pela 10639/2003.** [2003?].

FREIRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala.** 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra 1986

FUNARI, Pedro. **O livro de ouro da história do Brasil.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil: 500 anos de povoamento.** Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/negros.html> .Acesso em: 18 out. 2023.

KADIN, Mutlu Bir. **Dia da Consciência Negra: história, importância e comemorações.** [2022]. Disponível em: <https://www.mutlubirkadin.com/dia-da-consciencia-negra-historia-importancia-e-comemoracoes/>

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

MATTOS, Regiane Augusto de. **História e cultura afro-brasileira.** São Paulo: Contexto, 2009.

MORAGAS Vicente Junqueira Moragas. **Diferença entre Igualdade e Equidade.** 2022. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/acessibilidade/publicacoes/sementes-da-equidade/diferenca-entre-igualdade-e-equidade>. Acesso em: 18 out. 2023

MOTA, Thiago Henrique (org.). **Ensino antirracista na Educação Básica: da formação de professores às práticas escolares.** Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021. 304 p.

RIBEIRO, D. **O que é: lugar de fala.** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista.** São Paulo: 1ª Companhia das Letras, 2019. 135 p.



SILVA, Paulo Vinícios Batista; REGIS, Katia; MIRANDA, Shirley Aparecida (org).
Educação e Relações étnicos e raciais : estado da arte. Curitiba: UFPR,2018.

SILVA, M. A. **Formação de educadores/as para o combate ao racismo**: mais uma tarefa essencial. In: CAVALLEIRO, E. S.(org.) Racismo e anti-racismo na educação. São Paulo: Summus, 2000.

SOUZA, Marina de Mello e. **África e Brasil africano**. São Paulo: Ática, 2006.

TOLENTINO, Luana. **Outra educação é possível**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2018

WEISSMANN, Lisette. **Multiculturalidade, transculturalidade, interculturalidade**. Constr. psicopedag., São Paulo , v. 26, n. 27, p. 21-36, 2018 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542018000100004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 18 out. 2023